

O acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante (MS): a atual conjuntura dos conflitos e das resistências

Lara Dalperio Buscioli

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP)

Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA)
e-mail: lara.dalperio@gmail.com

Resumo

A situação das terras indígenas no estado do Mato Grosso do Sul (MS) vem sendo estudada por diversos autores em diferentes perspectivas analíticas envoltas de suas ciências. Assim, a ciência geográfica permite a partir da análise do território compreender os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização indígena, que compõem um conjunto de ações históricas de (re)existências. Caso que não é diferente no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante (MS), onde por meio de suas cosmologias e ações de enfrentamento contra o agronegócio nacional e estrangeiro os indígenas Guarani-Kaiowá, tem resistido com o seu modo de ser, como pretendemos demonstrar ao longo deste artigo.

Palavras-chave: Rio Brilhante; Agronegócio; Laranjeira Ñanderu; Acampamento-tekoha; Conflitos.

Abstract

The encampments-tekoha Laranjeira Ñanderu in Rio Brilhante (MS): The current conjuncture of conflicts and resistance

The situation of indigenous lands in the state of Mato Grosso do Sul (MS) has been studied by authors in different analytical perspectives of their sciences. Thus, science allows content analysis to include processes of territorialization-deterritorialization-indigenous reterritorialization, which constitute a set of historical (re) existential actions. If it is not different at the encampments-tekoha Laranjeira Ñanderu in Rio Brilhante (MS) where and when the world confronts with national and foreign agribusiness the Guarani-Kaiowá Indians have resisted with their way of being, facts that we pretend to prove throughout this article.

Keywords: Rio Brilhante; Agribusiness; Laranjeira Ñanderu; Encampments-tekoha; Conflicts.

Resumen

El campamento-tekoha Laranjeira Ñanderu en Río Brilhante (MS): la actual coyuntura de los conflictos y resistencias

La situación de las tierras indígenas en el estado de Mato Grosso del Sur (MS) viene siendo estudiada por autores en diferentes perspectivas analíticas de sus ciencias. Así, la ciencia permite que el análisis de contenido pueda incluir procesos de territorialización-desterritorialización-reterritorialización indígena, que constituyan un conjunto de acciones históricas de (re) existencias. Si no es diferente en el campamento-tekoha Laranjeira Ñanderu en Rio Brilhante (MS) donde y cuando el mundo se enfrenta con la agronegocios nacional y extranjero los indios Guaraní-Kaiowá han resistido con su modo de ser, hechos que pretendemos demostrar a lo largo de este artículo.

Palabras clave: Rio Brilhante; Agronegocios; Laranjeira Ñanderu; Campamento-tekoha; Conflictos.

Introdução

Este trabalho apresenta parte das discussões realizadas na dissertação de mestrado intitulada “Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brillhante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Ñanderu”, sob orientação de Bernardo Mançano Fernandes e com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Esta pesquisa buscou analisar os impactos e as resistências da inserção do grupo francês Louis Dreyfus Commodities nos três assentamentos originários de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu pertencentes aos Guarani-Kaiowá.

Assim, apresentaremos nas páginas que se seguem os resultados desenvolvidos que se referem à luta indígena no município de Rio Brillhante no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu, que pela sua presença já se configura uma resistência frente ao avanço do capital nacional estrangeiro, bem como apresentar os impactos na saúde, cultura e produção como elementos estruturantes desse processo.

A questão indígena no Mato Grosso do Sul está relacionada ao território-terra pela materialidade e imaterialidade, ligado com os modelos de desenvolvimento para o campo, com suas políticas voltadas para essa questão, com a estrutura fundiária de ambas as escalas, com as formas de uso e apropriação dos territórios pelos diferentes sujeitos (capitalistas, camponeses, indígenas, quilombolas - povos tradicionais em geral etc.), que tem gerado alguns conflitos tanto materiais como paradigmáticos, principalmente com os discursos do agronegócio frente aos direitos de comunidades tradicionais.

Desta forma, os indígenas têm vivido em situação de precariedade desterritorializados e/ou confinados a um território com uma delimitação mínima sem a possibilidade de reproduzirem em sua plenitude a sua cultura, e são totalmente dependentes de cestas básicas e programas assistencialistas dentro de uma lógica de desenvolvimento capitalista para o campo, subalternizando estes sujeitos que lutam pela sua reterritorialização.

Eles estão sujeitos às várias formas de violações dos direitos, sejam elas com violências físicas num grau que configura tortura, tentativas de assassinatos, assassinatos, atentado aos acampamentos entre outras. E outras por meio de repressões do Estado, de ações indiretas do agronegócio como a pulverização de áreas de fazendas onde os indígenas estão reivindicando em acampamentos de retomada ou em territórios já demarcadas, impactando na saúde dos indígenas e na parte ambiental, pois os fazendeiros degradam os territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas poluindo e/ou perdendo a biodiversidade devido ao uso excessivo de agrotóxicos.

Fatos que são evidenciados no acampamento-tekoha que desde 2007 busca por meio de ações de enfrentamento e ações judiciais a (re) conquista do seu território originalmente ocupado, que tem sido alvo do agronegócio nacional através da produção de soja, realizada pelo fazendeiro “Raul”, e da cana-de-açúcar aliada ao agronegócio estrangeiro, por meio do grupo francês Louis Dreyfus Commodities. Estes fatos têm provocado impactos no modo de vida Guarani-Kaiowá não permitindo a sua reprodução na sua totalidade, bem como na perda da produção e na saúde com a pulverização aérea ou terrestre nestas culturas.

Assim, na primeira parte do artigo apresentaremos um breve histórico do processo de ocupação dos territórios tradicionais dos Guarani e Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul, datados de 1800, e da atuação situação registrada por meio de dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e de estudiosos como Brand (2004), Pimentel (2012), Mota (2015), Urquiza e Prado (2015), Chamorro (2015) entre outros.

Em seguida apresentaremos a atualidade do conflito territorial no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante entre os diferentes sujeitos – Estado, Indígenas e Agronegócio nacional e estrangeiro, analisando por meio das entrevistas com os Guarani-Kaiowá e dos autores Mangolim (1993), Cavalcante (2015), Santos (2002), Mota (2011), Pimentel (2012), Almeida e Mura (2013), João (2011) etc. essa conflitualidade tão latente.

Para suprir os objetivos do artigo, partimos de três procedimentos metodológicos para a produção de informações qualitativas e quantitativas que nos permitiu avançar nas discussões teóricas e empíricas: No primeiro caso, realizamos uma pesquisa bibliográfica que compunha os principais temas do trabalho. No segundo, realizamos a observação participante exigindo uma gama de atividades que tem o tempo como um dos elementos principais, pois a relação do observador com o objeto só tende a contribuir para o entendimento sobre o mesmo (MAY, 2004). E no terceiro, as entrevistas, aplicadas com o caráter formal e semi-estruturadas com roteiro e liberdade para adicionar perguntas conforme a necessidade do pesquisador (COLOGNESE; MELO, 1998), cabendo destacar que considerando a análise política do tema da pesquisa, os nomes que compõem o artigo são fictícios, ou seja, não são os reais nomes dos entrevistados para evitar assim represálias/repressões.

O processo de ocupação dos territórios Guarani e Kaiowá e a sua atual situação

O processo de ocupação dos territórios Guarani e Kaiowá ocorreu de forma estratégica em vários momentos da história do Brasil e do Estado, perpassando diferentes ocupações e sujeitos. Brand, Ferreira e Azambuja (2008) apontam que o povoamento por não índios no estado que hoje denominamos Mato Grosso do Sul, remete aos anos de 1800, quando poucos foram os contatos mantidos com os Guarani e Kaiowá.

Pimentel (2012a) também confirma o pouco contato com os indígenas, ao afirmar que até meados do século XIX na região que habitavam os Guarani e Kaiowá não ocorreu intensamente e permanentemente uma ocupação por não índios, favorecendo a um 'isolamento' que é modificado posteriormente pelos processos de guerras e ocupações via políticas do Estado.

Esta situação mudou drasticamente depois da Guerra do Paraguai (pós 1870), seguidamente intensificada com a ação das concessões feitas à empresa estrangeira Cia. Matte Laranjeira e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), que criaram diferentes conflitos territoriais a nível material e imaterial.

Desta forma, a CAND teve como base política a ampliação das fronteiras no contexto da política de "marcha para o Oeste", ocasionando uma intensificação da desterritorialização dos indígenas na região. Já a territorialização da Cia Matte Laranjeira em territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas Guarani e Kaiowá no estado (então Mato Grosso), tinha como objetivo a exploração dos ervais, que eram abundantes (BRAND, 2004).

Pimentel (2012a) afirma que com a exploração de erva-mate os indígenas "lançam-se massivamente ao trabalho – afinal, possibilitava-lhes um afluxo de bens exteriores ao mesmo tempo em que não lhes exigia um engajamento insatisfatório" (p. 92).

Segundo Mota (2015), a exploração da erva mate provocou uma dispersão e desarticulação dos indígenas do tekoha:

Essa situação passou a ocorrer não mais pelas redes de sociabilidade nas relações de parentesco ou pelo esgotamento de riquezas ambientais que impossibilitavam a manutenção e/ou constituição de espaços de morada - na construção de ogapysy, por exemplo - mas por uma mobilidade moldada pelo espaço-tempo de trabalho na atividade ervateira, nos espaços onde tinham erva matte em abundância. Exatamente por esse contexto, é possível afirmar que a atividade ervateira não propiciou a desterritorialização efetiva dos Guarani e Kaiowá, a empresa detinha o monopólio da terra para exploração dos ervais e mão de obra a ser explorada, tanto indígena quanto paraguaia, o que se constituiu em um regime de trabalho conhecido por escravidão por dívida (atualmente conhecido como trabalho análogo ao escravo, segundo o artigo 149 do código Penal Brasileiro) (MOTA, 2015, p. 129).

Os problemas territoriais ocasionados por estes processos no estado do Mato Grosso do Sul (parte centro-sul do antigo Mato Grosso), tem reflexos e impactos nos dias atuais frente às ações de retomada dos Guarani-Kaiowá. Concordamos que a atuação do então Serviço de Proteção aos Índios (SPI)¹ foi errônea, pois o órgão tinha orientações claras de como proceder para garantir o direito territorial dos indígenas e não o fez. As atividades do SPI iniciaram em 1915 na região da Grande Dourados com a demarcação de reservas que tiveram suas extensões diminuídas/reduzidas: a 1ª Reserva Indígena Kaiowá em Amambaí no mesmo ano, em 1917 com a segunda área em Dourados 'para a colônia dos índios de Dourados' e a terceira em 1924 com a reserva em Caarapó (BRAND, FERREIRA, AZAMBUJA, 2008).

¹ Em 1910 foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) e no ano seguinte reformulado tornando-se o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) (MOTA, 2015).

Ao total foram criadas oito reservas nas décadas de 1910 e 1920, que tiveram impactos avassaladores sobre o modo de vida indígena, acentuando-se a partir da década de 1970:

Após o processo de mecanização da agricultura na década de 1970 e o fim dos trabalhos de derrubada das matas e abertura de estradas (onde houve participação efetiva dos grupos indígenas citadas neste trabalho), torna-se inconveniente para os “novos” proprietários manter os indígenas em “suas terras”. Ocorre então uma mobilização, em alguns casos com apoio do órgão oficial indigenista, para expulsar de vez esses grupos ou famílias. Acreditava-se que “lugar de índio é dentro da reserva” pelo Estado (URQUIZA; PRADO, 2015, p. 65).

Sobre os impactos das reservas nas vidas dos Guarani e Kaiowá, Brand (2004) afirma que o maior impacto referia (e ainda refere-se) a questão da organização social pela perda do território, agregado à atual situação de reserva, frente ao avanço de seus territórios:

[...] as políticas aplicadas em relação aos indígenas, consistiam em concentrar em uma única Reserva todas as nucleações de indígenas existentes nas regiões circunvizinhas, liberando assim terras para as “frentes de expansão colonizadora”. Os índios que viviam em um território sem fronteiras passam, a partir da re/demarcação das Reservas, a viver sob o controle de postos, submetidos a medidas convenientes para o Estado (ALONSO JUNIOR, 2011, p. 23).

Brand (2004) observa que as limitações a nível econômico pela inviabilização da itinerância em território amplo, o esgotamento dos recursos naturais utilizados pelos indígenas (que eram abundantes) e a projeção das aldeias – que eram realizadas de forma estratégica para a natureza poder se recompor – bem como limitações a nível religioso e de organização social, provocaram grandes impactos. Evidenciando assim que toda a relação com o território material e imaterial foi modificada, pois os governos não consideraram as características culturais peculiares dos povos indígenas. Fatos que ainda conseguimos ver na atualidade, principalmente com os trabalhos de campos realizados nas áreas de retomada e nas reservas dentro do estado. Ao observarmos a história de ocupação destes territórios, vemos a intensificação e destruição por meio da criação de gado e de produção de monoculturas, bem como o trabalho degradante nessas áreas.

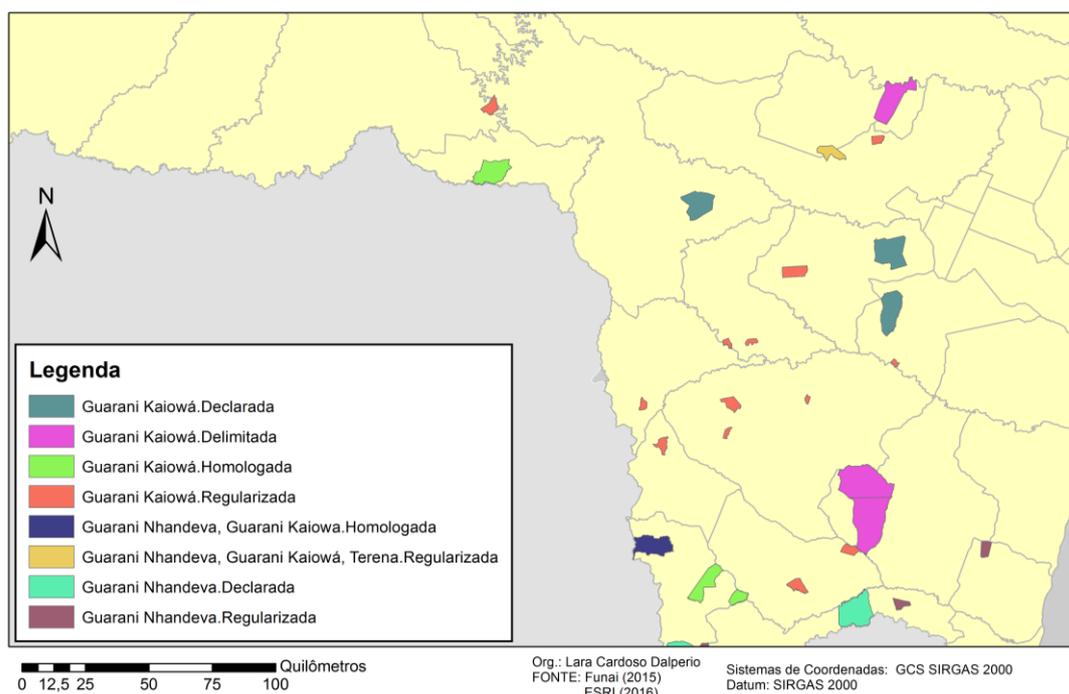
Segundo Brand, Ferreira e Azambuja (2008) foram nas décadas de 1940 e 1950 que se instalam as fazendas agropecuárias em regiões de matas, onde residiam os indígenas. Assim, ocorre um desmatamento intenso e a destruição das aldeias criando as fazendas de gado. E com a introdução da monocultura da soja no que hoje é o estado do Mato Grosso do Sul, então na década de 1970, as aldeias-refúgios nos fundos das fazendas foram acabando.

Além da destruição das aldeias de refúgio onde os indígenas Guarani-Kaiowá resistiram por muito tempo, o processo de mecanização da produção de soja em Mato Grosso do Sul provou uma intensa dispensação de mão-de-obra indígena nas fazendas (BRAND, 2004), prejudicando ainda mais a situação que já estava conflituosa. Tem repercussão também a inserção das usinas de cana-de-açúcar, principalmente com o Programa Nacional do Alcool, inserindo o trabalho indígena nestes territórios de forma análoga à escravidão.

Atualmente, esses territórios estão sobre o controle de empresas nacionais e estrangeiras para a produção commodities como cana-de-açúcar, milho, soja, eucalipto, algodão entre outras. E este processo de territorialização da agricultura capitalista e do agronegócio foi subsidiado pelo Estado, bem como com o processo de estrangeirização de terras através da Cia. Matte Laranjeira, que tem desdobramentos atuais na conjuntura territorial/política de lutas, que impedem/dificultam as de demarcações e a ocupação das terras que os indígenas Guarani e Kaiowá reivindicam.

O mapa 1 representa a espacialização da situação das terras indígenas no Mato Grosso do Sul nos dias atuais e o quadro 1 especifica tais territórios. Elementos que se configuram, a partir do que foi exposto, enquanto na análise histórica, política e territorial destes processos.

Mapa 1: Terras Indígenas Guarani–Kaiowá no Sul do estado do Mato Grosso do Sul



Quadro 1: Situação das terras indígenas Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul				
Terras Indígenas	Etnias	Municípios	Superfície (Ha)	Fases
Guýraroká	Guarani Kaiowá	Caarapó	11.440,00	Declarada
Jatayvari	Guarani Kaiowá	Ponta Porã	8.800,00	Declarada
Taquara	Guarani Kaiowá	Juti	9.700,00	Declarada
Iguatemipegua I	Guarani Kaiowá	Iguatemi	41.571,00	Delimitada
Panambi - Lagoa Rica	Guarani Kaiowá	Douradina, Itaporã	12.196,00	Delimitada
Apapeguá	Guarani Kaiowá	Ponta Porã	0	Em Estudo
Boqueirão-MS	Guarani Kaiowá	Paranhos	0	Em Estudo
Guaivyry-Joyvy	Guarani Kaiowá	Ponta Porã	0	Em Estudo
Iguatemipeguá II	Guarani Kaiowá	Amambai, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Dourados, Iguatemi, Paranhos e Tacuru	0	Em Estudo
Iguatemipeguá III	Guarani Kaiowá	Tacuru	0	Em Estudo
Laranjeira Nhanderu	Guarani Kaiowá	Rio Brilhante	0	Em Estudo
Arroio-Korá	Guarani Kaiowá	Paranhos	7.175,77	Homologada
Nãnde Ru Marangatu	Guarani Kaiowá	Antônio João	9.317,22	Homologada
Sete Cerros	Guarani Nhandeva, Guarani Kaiowá	Paranhos	8.584,72	Homologada
Takuaraty/Yvykuarusu	Guarani Kaiowá	Paranhos	2.609,09	Homologada
Aldeia Limão Verde	Guarani Kaiowá	Amambaí	668,0796	Regularizada
Amambai	Guarani Kaiowá	Amambaí	2.429,55	Regularizada
Buritizinho	Guarani Kaiowá	Sidrolândia	9,7428	Regularizada
Caarapó	Guarani Kaiowá	Caarapó	3.594,42	Regularizada
Dourados	Guarani Nhandeva, Guarani Kaiowá, Terena	Dourados, Itaporã	3.474,60	Regularizada
Guaimbé	Guarani Kaiowá	Laguna Carapã	716,9316	Regularizada
Guasuti	Guarani Kaiowá	Aral Moreira	958,7993	Regularizada
Jaguapiré	Guarani Kaiowá	Tacuru	2.342,02	Regularizada
Jaguari	Guarani Kaiowá	Amambaí	404,7055	Regularizada
Jarara	Guarani Kaiowá	Juti	479,0728	Regularizada
Panambizinho	Guarani Kaiowá	Dourados	1.272,80	Regularizada
Pirakua	Guarani Kaiowá	Bela Vista, Ponta Porã	2.384,06	Regularizada
Rancho Jacaré	Guarani Kaiowá	Laguna Carapã	777,5349	Regularizada
Sassoró	Guarani Kaiowá	Tacuru	1.922,64	Regularizada
Sucuriy	Guarani Kaiowá	Maracajú	535,1047	Regularizada
Taquaperi	Guarani Kaiowá	Coronel Sapucaia	1.776,96	Regularizada

Fonte: FUNAI, 2015. Org. BUSCIOLI, L. D.

Diante do quadro 1 e do mapa 1, podemos observar a diversidade das extensões territoriais e das fases dos processos de demarcação das terras indígenas no estado do Mato Grosso do Sul. Cabe ressaltar que são territórios que se destacam e conflitam principalmente no Sul do estado, devido ao histórico de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos indígenas e do agronegócio nacional e estrangeiro.

Em todo o processo histórico de retomada e ocupação dos territórios indígenas Guarani-Kaiowá os mesmos sofreram com repressão do Estado e dos latifundiários. Diante dessa

conjuntura, eles vêm lutando para conseguir voltar para seus territórios ocupados pelos seus antepassados. Segundo Mangolim (1993), eles estão lutando para retomar seus principais instrumentos de luta, seus valores tradicionais como a autoridade religiosa e familiar, as assembleias (Aty Guasu) e a religião.

Aprofundando estas questões, parte da população indígena no Mato Grosso do Sul vive em acampamentos de retomada e acampamentos sem características de retomadas territoriais. Segundo Mota (2015), os acampamentos estão em margens de rodovias, em áreas de litígio, nas periferias das cidades e até mesmo em reservas indígenas, como é o caso dos acampamentos na Reserva Limão Verde.

Mota (2015), ao utilizar o termo acampamento-tekoha, nos mostra a relação de luta dos indígenas Guarani e Kaiowá, ocorrendo nestes territórios uma territorialização precária com uma recriação do modo de vida dos antigos (tekoyama); assim, tem-se uma maior liberdade se comparado com as aldeias, mas estão mais expostos às ações de fazendeiros e capangas etc.

Em seu estudo, a autora identificou 41 os acampamentos e acampamentos-tekoha Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul; deles, citamos: Apyka'i, Passo Piraju, Kurussu Ambá, São José, Guyra Kambiy, Nova América, Porto Caioá, Cerro'y, Laranjeira Ñanderu, Aroeira e Sete Placas, sendo que estes três últimos estão no município de Rio Brilhante.

O acampamento Aroeira está localizado no distrito de Prudêncio Tomaz em contexto urbano com 18 famílias, ou seja, com 80 pessoas. Elas são procedentes das TI's dos municípios de Douradina, Dourados e Maracajú. E a Aldeinha Sete Placas é um acampamento de fundo de fazenda com cinco famílias correspondente a 25 indígenas (CHAMORRO, 2015).

No caso do Laranjeira Ñanderu, temos a presença de aproximadamente 200 pessoas vivendo em uma reserva legal da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, convivendo com a produção de soja realizada pelo fazendeiro "Raul" e com a produção de cana-de-açúcar do grupo francês Louis Dreyfus Commodities (LCD) impactando tal território, como veremos a seguir.

A atualidade do acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante (MS)

O contexto da luta para retomada do tekoha Laranjeira Ñanderu perpassa entre os anos 2000, com o acordo firmado pela FUNAI pelo Termo de Ajustamento de Conduta, com representantes do Ministério Público Federal e Ministério da Justiça. Devido ao acordo do órgão com o comprometimento de identificar 36 terras indígenas tradicionalmente ocupadas no Mato Grosso do Sul, na qual o tekoha Laranjeira Ñanderu estava incluído, devendo ser finalizado entre 2010 e 2011. Mas, com os entraves judiciais promovidos pelos fazendeiros, com participação da

Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, bem como com a situação de opressão e violência, fizeram com que os estudos demorassem para ser realizados.

Esta situação culminou na primeira ação de retomada e enfrentamento dos indígenas em 2007, resultando na criação de um grupo técnico de estudo da área em 2008, ainda em processo nos dias atuais. Cabe ressaltar que neste ano os estudos realizados pela FUNAI foram bloqueados por uma ação solicitada pelos fazendeiros, ou seja, por decisão judicial 2ª Vara da Justiça Federal em Dourados, concedendo o despejo dos indígenas do seu território tradicionalmente ocupado.

Em 2009, quando acampados, o fazendeiro “Raul” já tinha proibido qualquer reprodução cultural dos Guarani e Kaiowá não permitindo o cultivo de alimentos, rodeava a área que eles se encontravam com capangas - ameaçando-os, ou seja, impedindo o acesso básico de alimentação e de ir e vir dos indígenas.

Desta forma, os indígenas solicitaram apoio dos órgãos competentes – FUNAI, Polícia Federal e Ministério Público Federal – para que pudessem ter o direito de retirar suas casas de sapê da fazenda e as madeiras utilizadas para moradia, mas sem qualquer apoio eficiente foram desterritorializados indo para as margens de rodovias do estado.

Nas margens de uma rodovia presente no município, os indígenas recebiam cestas básicas, pois não havia como produzir alimentos ali e sofreram várias violações dos direitos humanos pelo não acesso a condições essenciais de sobrevivências, como água e comida, culminando no falecimento de indígenas por suicídios e atropelamentos.

Diante deste contexto de precariedade e insegurança, no dia 13 de maio de 2011, os indígenas voltaram a retomar o território tradicional. Com a ameaça eminente de despejo, dois indígenas se mataram evidenciando ainda mais a situação de conflito e precariedade, como observamos nas palavras de cacique por nós entrevistado.

O então proprietário solicitou a reintegração de posse no dia 26 de janeiro de 2012, mas foi suspendida devido à situação de risco dos indígenas. Riscos também vindos do fazendeiro com ações de intimidação e bloqueios de passagem em “sua” fazenda para conseguirem chegar na estrada para frequentarem o perímetro urbano de Rio Brilhante, a escola e os hospitais.

No ano de 2013, os fazendeiros voltaram a atacar o acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu com ameaças de queimar o acampamento, bem como com o impedindo da passagem dos indígenas com toras de madeira. Provavelmente, esta ação foi de represálias aos estudos antropológicos iniciados naquele ano, pois não foi possível sua realização anteriormente devido à falta de segurança dos pesquisadores do grupo técnico responsável.

No ano de 2014, os Guarani e Kaiowá denunciaram ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI) a demora no processo demarcatório do território indígena Laranjeira Ñanderu e as violências cometidas pelos fazendeiros da região, contrários às suas ações e à presença dos indígenas.

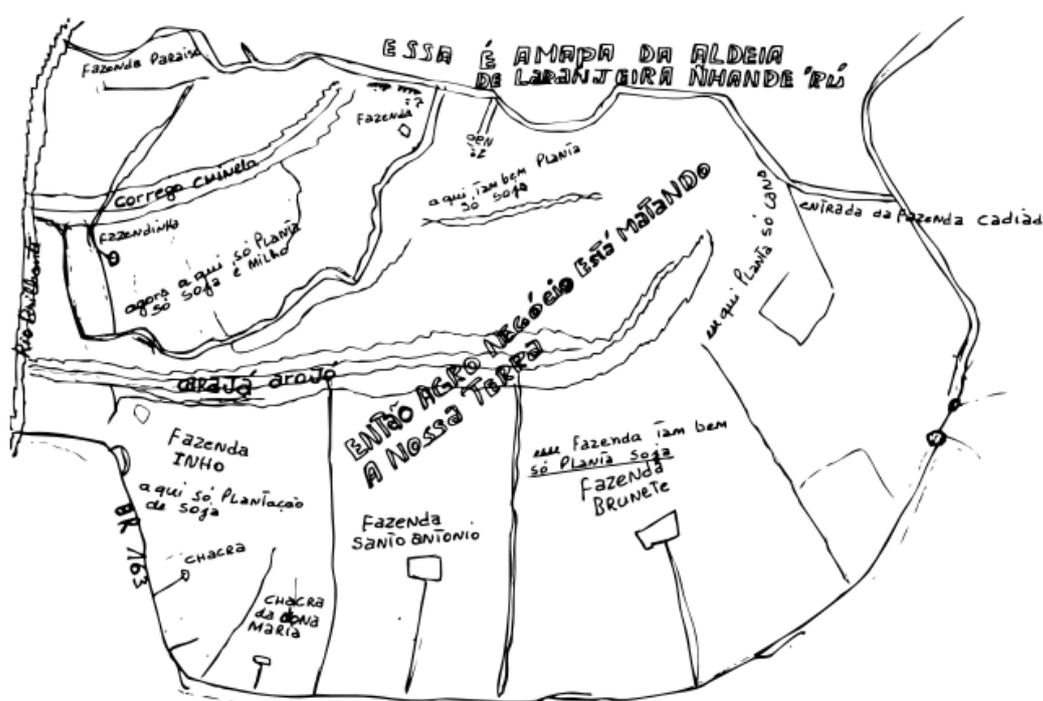
Atualmente, os estudos oficiais relacionados a este território estão caminhando de acordo com a realidade conflitante, em que já foram realizados os estudos antropológicos, ambientais e

estão sendo iniciados os estudos fundiários. Cabe destacar que todas essas fases dos processos são asseguradas pela Constituição de 1988, que permite reconhecer a tradicionalidade dos territórios indígenas.

No Laranjeira Nãnderu residiam aproximadamente 200 indígenas, sendo cinco recém-nascidos e 20 crianças, conforme dados coletados nos trabalhos de campo entre 2016. Estes dados configuram uma análise quantitativa, mas principalmente qualitativa de continuidade e valorização do tekoha no contexto de conflitualidade.

A seguir, um desenho-croqui feito pelos indígenas de seu território e uma imagem de moradias do acampamento.

Figura 1: Croqui da Terra Indígena Laranjeira Nãnderu elaborado pelos indígenas



Fonte: GLASS, 2012, p. 24

Figura 2: Laranjeira Nānderu



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016.

Podemos observar que no meio da figura 1, há uma mensagem: “*Então agro negócio está matando a nossa terra*”, em alusão às modificações/transformações ocasionadas pelos fazendeiros e grupos estrangeiros que compram e arrendam terras originalmente ocupadas pelos indígenas, com a finalidade de produção de commodities que parte de uma lógica distinta de ocupação e uso da terra.

A indígena ‘Aline”, em seu depoimento, mostrou tais mudanças ocorridas na época em que viveu com seus pais neste território e na atualidade. Ela nos informou que teve um estranhamento imediato com seu território em seu retorno, pois tudo havia mudado, antes haviam árvores, o verde representando a mata e agora ocorre a produção de cana-de-açúcar e de soja juntamente com a milho, homogeneizando a paisagem e destruindo o território.

A isto podemos relacionar a percepção da paisagem aliada à oralidade. Para Santos (1988), a paisagem é muito mais do que a visão abarca, considerando aquilo que é apreendido pelos sentidos, como cores, odores e som. Esses elementos conjugam a representação de cada realidade em seus tempos históricos. Então, na paisagem devemos considerar os movimentos, a dinamicidade das formas que são animadas pelo Homem dando novas funções, sendo modelada de forma diferente dependendo das técnicas empregadas. Assim, “a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal” (SANTOS, 2002, p.103).

Esta comparação de elementos da paisagem na sua forma e conteúdo pode ser observada nos trabalhos de campo realizados. Conforme explanado por “Aline”, ao afirmar que antigamente eles plantavam várias culturas e hoje já não podem mais devido à área que eles se encontram ser uma reserva legal da fazenda, o mesmo impedimento para a derrubada de árvores para fazer casas ou retirada de folhas. Salientou também que ainda está viva e vai esperar a demarcação deste

território, “*pois quando ela morrer não vai vê mais as árvores, não sabe quanto vai esperar, porque a demarcação de terra demora*” (“Aline” - tradução de “Luciana”², 2015).

Assim, a retomada também se faz na recriação de ideias de uma vida diferente da que se tem. E segundo relatos, quando os indígenas decidem retornar seu território partindo do enfrentamento direto por meio do acampamento-tekoha, eles já têm o entendimento de que a vida não será fácil, pois as dificuldades são grandes devido às resistências do Estado e dos fazendeiros - agronegócio.

O rezador “Orlando”, em nossa conversa, afirmou que quando o indígena decide retomar determinado território, ele já sabe de toda a história de vivência de seu povo, pois a própria terminologia *Retomada* implica a volta de saberes tradicionais que antes pareciam “perdidos”: “*então agora aqui mesmo, fazer ritual essa gurizada aqui sabe fazê, tudo que tiver nós perdemos, tá começando a vir tudo, a retomada*” (“Orlando”, em entrevista, 2015).

Conforme relatado pelo rezador “Orlando”, ao retomar para o Laranjeira Ñanderu, eles realizaram antes da saída cantos e rituais para amansar os animais e as cobras, bem como para proteção dos indígenas contra os ataques dos inimigos (no caso polícia e fazendeiros) e na contaminação de doenças provenientes nesta nova área.

Segundo Cavalcante (2015), nas ações de retomadas indígenas, os rezadores têm um papel importante na luta:

Nesses movimentos de retomada, os caciques rezadores exercem um papel fundamental. Eles preparam os grupos e o ambiente para que a retomada possa ocorrer com harmonia entre os humanos e as divindades. Como guardiões da tradição, **são fontes fundamentais de inspiração para que os indígenas resistam** aos movimentos colonialistas de esbulho territorial. Sua presença é marcante nas retomadas e sua atuação na condução dos rituais religiosos é fundamental para a manutenção da chama da **luta acesa** (CAVALCANTE, 2015, p. 199 – grifos nossos).

Ao ocuparem o território reivindicado, os indígenas realizam os mesmos rituais na entrada da fazenda, caminhando em direção à reserva legal onde estão. Conforme relato de “Orlando” (em entrevista, 2015): “*ritual pra amansar a onça, cobra ... com cânticos para poder*”. Estes rituais são importantes para compreendermos as tradições Guarani-Kaiowá neste território, enfatizando a criação de territorialidades a partir da cultura – cosmologias.

A estrutura social-política dos Guarani e Kaiowá está relacionada com a questão cultural e territorial, pois eles acreditam que foram criados pelo Deus Ñande Ru (nosso pai) ou Ñande Jára (nosso senhor), em que a autoridade nas aldeias vincula-se a uma pessoa de prestígio, líder religioso, geralmente homens (MANGOLIM, 1993).

² Cabe ressaltar que Luciana mediou comunicação da entrevista por meio da tradução, pois Aline se comunicava na língua Guarani (fala colhida em observação-participação em campo – como todas as demais citadas no texto).

No caso do acampamento-tekoha Laranjeira Nānderu existem três rezadores, “Orlando”, “Meire” e “Antônio”, sendo que nos trabalhos de campo realizados foi possível observar a forte influência deles no contexto das famílias e da organicidade do território vinculado a elas.

Antigamente, os indígenas viviam em casas grandes denominadas “Ogajekutu e Ogaguasu, reunindo até cem famílias, mas atualmente elas cederam lugares para casas pequenas abrigoando a família nuclear embora mantendo uma proximidade com outros membros da família” dentro do território (MANGOLIM, 1993).

Essa proximidade com membros da família está relacionada com a organização social dos Guarani e Kaiowá, que era baseada em sistema de cooperação: a família extensa que representa a produção comunal como edificações de casas, roças, pesca etc. e o tekoha, que se constitui a base política, social e religiosa destes povos (URQUIZA; PRADO, 2015).

Hoje os indígenas no acampamento-tekoha Laranjeira Nānderu vivem em casas que compõem a sua família nuclear, mas próximas a seus parentes. Segundo os indígenas, ao retomarem seu território, a escolha da casa ficou a cargo de cada um deles, tendo a possibilidade da mobilidade de sua casa de acordo com a sua intenção.

A indígena “Luciana”, por exemplo, mora perto da casa onde sua avó residia antes de falecer, sendo que quem construiu sua casa foi seu companheiro, pois: “*As casas que construí aqui só os homens, as mulheres não podem né... as mulheres só ajudam*” (“Luciana”, em entrevista, 2016).

Segundo a tradição Guarani e Kaiowá, as casas onde os falecidos residiam são destruídas, como foi o caso da avó de “Luciana”: “*A gente quando a pessoa morre a gente tem que destruir tudo a casa, porque não pode morar onde os irmã, parentes que morrem né... dai tem que construir em outro lugar... porque é um a cultura né, pode obedecer mesmo né*” (“Luciana”, em entrevista, 2016).

Vale destacar que além desta mobilização de casas dentro do acampamento-tekoha Laranjeira Nānderu, os indígenas tiveram que remover a casa de reza devido aos constantes alagamentos, pois a primeira casa de reza eles fizeram perto do brejo. Esta situação não foi relatada como algo ruim para eles; ao contrário, foi visto como abundância da natureza, sendo um fato positivo.

O que foi relatado de negativo nesta área da reserva legal, refere-se às questões de produção-alimentação e a falta de espaço para a construção e recebimento de novos indígenas no território, como podemos observar na conversa com “Luciana”, mas a luta pelo reconhecimento da tradicionalidade do território e demarcação do mesmo continua.

Ao demarcarem seus territórios os indígenas poderão viver, mesmo que limitados devido à situação de suas terras, o seu modo de ser. Estas práticas dos antigos e a questão da natureza nos Guarani e Kaiowá têm uma ligação direta com a luta pela terra, a política e o xamanismo (PIMENTEL, 2012b),

Segundo Mota (2011), a valorização da terra para o Guarani e Kaiowá ocorre pelos seus aspectos naturais como o mato e pelas práticas humanizadoras por meio da produção de alimentos ou construção de moradias, ou seja, a natureza tem um papel importante na reprodução do modo de vida.

Segundo Mota (2011):

O mato é a possibilidade de viver, nele se encontra a terra boa e farta, onde estão os deuses no qual deve se pedir permissão para caçar, coletar... É no mato que se está o peixe, pois é pelo mato que os Guarani e Kaiowá acessam os rios, os córregos, acessam seus modos múltiplos de viver no Tekoha, fundamentalmente nas relações com, na natureza que os permite humaniza-la, assim como ver-se parte dela (MOTA, 2011, p. 295-296).

Tais considerações foram observadas nos trabalhos de campo, ficando evidente a importância da mata (figura 3) para os indígenas dentro do Laranjeira Ñanderu. Ela serve para alimentação, coleta de ervas para rituais e remédios, bem como para a construção de casas com o sapé.

Figura 3: Mata da TI Laranjeira Ñanderu ao fundo



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016.

Conforme citado, os indígenas, em 2016, estavam localizados na única área de mata da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, mas procuravam estrategicamente construir suas casas bem especializadas para não prejudicar a mata, que para eles é vida e esperança. Mesmo assim, houve relatos nos trabalhos de campo que os proprietários das fazendas vizinhas ao acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu soltavam o gado bem nesta área prejudicando consequentemente o córrego que atravessa a área retomada.

Compreendemos que é por meio do mato que os indígenas têm se reproduzido e praticado seus ritos e alimentação, que em muitos casos estão diretamente ligados. A alimentação do acampamento-tekoha Laranjeira Nānderu vem por meio das cestas básicas oferecidas pela FUNAI, da pesca, caça e produção mínima de algumas árvores frutíferas.

A cesta básica é fundamental para a subsistência dos indígenas, que deveria vir a cada 15 dias, mas em todas as nossas visitas a campo, a cesta estava atrasada entre um e/ou dois meses. Segundo os indígenas, a sua maior dificuldade na questão de alimentação é a cesta básica, e sem ela fazem arrecadação de dinheiro e empréstimo de alimentos de outras famílias, em outros territórios.

Segundo Cavalcante (2013):

Os acampamentos de retomada de áreas de ocupação tradicional, principalmente nos primeiros anos de sua existência, encontram muitas dificuldades para acessar atendimentos básicos de saúde e educação, além de outros serviços oferecidos pelos órgãos de assistência do poder público – principalmente de programas geridos pelos Municípios e pelo Estado. Essas dificuldades com frequência são utilizadas por agentes públicos ou missionários como justificativa para tentativas de convencimento dos indígenas a voltarem para uma das reservas, onde presumivelmente teriam mais facilidade para o atendimento (CAVALCANTE, 2013, p. 108).

Conforme relata “Cristina”, mãe de “Luciana”: “*Ta atrasada faiz dois dias... tive que comprar arroz*” (em entrevista, 2016). O agravante na compra do alimento é pela cobrança do pedágio (referência ao posto de pedágio na rodovia BR-163, próximo ao acampamento) que está territorializado em suas terras tradicionalmente ocupadas, então eles compram uma vez por mês. E quando não há condições de comprar a comida, os indígenas emprestam os produtos: “*A gente empresta comida, um vovô vem pedir alguma coisa e a gente dá*” (“Luciana”, em entrevista, 2016).

Esta questão da reciprocidade indígena Guarani e Kaiowá é um traço de sua cultura:

A economia tradicional Guarani se distingue muito da forma econômica encontrada em sociedades de tradição ocidental, pois se divide basicamente em unidades de produção e consumo coletivos, que se orienta em torno da distribuição, redistribuição e reciprocidade, baseada principalmente no conceito de propriedade não individual (URQUIZA; PRADO, 2015, p. 65).

Desta forma, os indígenas têm resistido frente às dificuldades na parte de produção e alimentação. Na área de estudos temos a criação de alguns animais como galinha e porco para a sua alimentação, bem como a carne de macaco que está ligada com a prática de rituais vinculados ao esporte, ao bloqueio de doenças, sorte e arte.

Segundo Meliá *et al* (2008, p. 116 apud URQUIZA; PRADO, 2015 p. 67), para os indígenas o trabalho é visto como um dever religioso e social. E no território de pesquisa, analisamos vários relatos sobre os sofrimentos dos indígenas em não poder plantar no seu território devido à reserva legal e a produção de commodities, conforme observamos as palavras de “Ariodo”: “*Por aqui nós*

não tem espaço aí que nós sofre, porque esta terra é reserva legal e a reserva legal também é nossa. Se for pra derrubar esse mato ... pra nós vai prejudicar” (em entrevista, 2015).

Diante dessa impossibilidade, os indígenas denunciaram que não podem plantar coisas básicas que sempre foram importantes para se alimentaram, como mandioca, devido às raízes das árvores serem dominantes, e o milho, que é uma das principais comidas. Mas, em um determinado local no território, eles plantaram uma árvore de manga e outra de goiaba, frutos que não prejudicam a terra agricultável.

A partir dos relatos dos indígenas, foi possível analisar o enfrentamento em suas palavras em relação ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, que na visão deles plantam em seu território soja e cana-de-açúcar, ou seja, monoculturas destruindo todas as formas de vivência, contrapondo a diversidade de culturas que os indígenas tradicionalmente produzem, como batata, feijão, o milho, mandioca entre outros.

“Nesse sentido, o modo de ser propriamente kaiowa/guarani implica também uma forma própria de alimentar-se, é fundamental na definição dos modos apropriados de viver e no contraste com os modos dos karai” (PIMENTEL, 2012b, p. 143).

Em relação a isso, os impactos territoriais no Laranjeira Nãnderu por meio da pulverização de agrotóxicos são caracterizados por dois agravantes: o veneno vindo da área de produção de cana-de-açúcar da Louis Dreyfus Commodities, carregado pelo vento, e o veneno da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, com a soja e milho dificultando a questão alimentar dos indígenas.

No caso da fazenda Santo Antônio, a prática mais comum na pulverização do agrotóxico é o trator conhecido como “gafanhoto”, e na LDC, a pulverização ocorre por avião, ou seja, o capital vai criando tecnologias de acordo com as suas atividades produtivas para o “melhoramento” da pulverização, sem levar em consideração a totalidade do território efetivo e margeado.

Os indígenas informaram que em agosto de 2016, o trator passou de noite na plantação de milho, acometendo os indígenas de surpresa e só perceberem a ação devido o cheiro forte do agrotóxico. No caso da LDC, foram denunciados pelo CIMI os impactos que o veneno da cana-de-açúcar provocou no território indígena; por mais que esta produção não faz divisa direta com o acampamento-tekoha, o vento carrega as partículas de veneno intoxicando as crianças, jovens, adultos e principalmente os idosos.

No início dos nossos trabalhos de campo, foram relatados pelos indígenas que produção da LDC não estava prejudicando em nenhum aspecto o acampamento, e que era melhor não tocarmos neste assunto, pois eles estavam “quietos” e por este motivo era melhor “nem mexermos com eles”. Neste momento, observamos um certo estranhamento com a abordagem do assunto, mas na prática da observação participante conseguimos avançar nestes debates devido à criação de laços de confiança que nos permitiram avançar em alguns assuntos.

Segundo a liderança indígena “Mariana”, desde a entrada dos indígenas no Laranjeira Ñanderu já havia a plantação de cana-de-açúcar: *“E o fazendeiro nunca falou nada, nada, nada... todos sabem que é área de demarcação ... fingem que não sabem, ficam quietinhos”*. Até o momento de nossa pesquisa, observamos que os indígenas sabem que a terra arrendada com cana-de-açúcar produz para a LDC e que a mesma é estrangeira, mas preferiram não adentrar no assunto.

Essas relações causam conflitualidades e impactos no acampamento-tekoha dos mais variados: os maiores impactos da pulverização do agrotóxico no acampamento vêm das questões de saúde, meio ambiente e produção e mortandade dos animais. Esta situação tem ocasionado um sentimento de tristeza e sofrimento nos indígenas, pois para eles a terra é sagrada e não pode ser destruída e/ou atacada com venenos.

Segundo relatos no Laranjeira Ñanderu, ocorre a morte constante de animais envenenados devido à pulverização, como, por exemplo, a morte dos cachorros e gatos de estimação, de passarinhos que comem os frutos das árvores com veneno, pelo contato direto com ele através da pulverização ou da bebida da água do rio (o rio Brilhante é parte do território) que também mata os peixes. Esta situação impossibilita a criação de animais de pequeno porte para a alimentação, como patos, galinhas e pintinhos, pois todos morrem com o veneno.

Também tivemos relatos da perda da produção de culturas básicas como a mandioca, que acaba prejudicando na sua reprodução, conforme relata “Luciana”: *“as crianças não conhecem a planta que é de nós, as crianças agora não sabem nem comer mandioca e batata”* (em entrevista, 2016). Cabe destacar, novamente, que a relação com a terra-alimento é sagrada para os indígenas, assim a retomada de seus territórios tem um dos objetivos de ensinar os mais novos as culturas Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

Em relação aos envenenamentos dos indígenas por meio dos agrotóxicos, os sintomas, segundo os indígenas, são os mais variados: náuseas, desmaios, dor de cabeça, dor no estômago, diarreia etc. E já teve casos graves de internação em hospitais do município de Rio Brilhante e outros com transferência para Dourados por causa dos venenos que ataca principalmente as crianças e idosos, como relata Luciana: *“A gente tem dó das crianças, as crianças não aguenta, nós aguenta”* (em entrevista, 2015).

Segundo os indígenas, com comprovação da FUNAI, o fazendeiro “Raul” passou o agrotóxico em cima do acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu com o avião na qual os indígenas tiveram de se proteger na casa de Reza. Conforme relatos do rezador “Orlando” (em entrevista, 2015), o veneno *“estraga a barriga da gente”* e *“quando passa trator ficou doente, cheiro que passou sentiu e atacou o estomago dela* [referindo-se a “Aline”, a pessoa mais velha do tekoha].

Devido aos vários casos de intoxicação e criminalização deste ato, o fazendeiro não pode passar o agrotóxico perto do acampamento, pois os indígenas denunciaram e conseguiram na justiça o direito a mil hectares deste território, e que segundo “Luciana” (em entrevista, 2016): *“A*

gente vai aproveitar essa terra...” para tentar produzir, mesmo que em meio à monocultura do milho e da soja.

Os casos que não são graves, os indígenas utilizam de seus saberes tradicionais com ervas medicinais retiradas do mato para a cura, mas quando isto não é possível eles procuram o socorro médico que entra no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu, da qual o fazendeiro tenta impedir quase que cotidianamente a entrada.

Assim, podemos observar a importância do mato para os indígenas nas questões de saúde permitindo a reprodução de parte de suas tradições, como por exemplo, as coletas de ervas medicinais que são passadas pelas gerações.

Ficou evidente nas narrativas dos indígenas o sofrimento deles, por eles terem apenas a área de reserva legal para retirarem seus medicamentos, em contrapartida seu território está tomado pela produção de commodities, conforme palavras de “Orlando”: *“tudo o que restou foi cana e milho”* (em entrevista, 2015).

As árvores que são utilizadas para remédio são consideradas sagradas pelos indígenas, evidenciando a importância do mato para as questões imateriais: *“A gente descobre tudo aqui, o remédio e a gente não sabe que é uma árvore sagrada, mas a gente conhece também”* (“Luciana”, em entrevista, 2016).

Entre as ervas-cascas podemos citar o Cedro, Cancarosa, Cipó-Mil-Homens, Aroeira, Amescla e Guacuri. As finalidades de curas das ervas-cascas variam de acordo com suas espécies, sendo utilizadas para dor de barriga, disenteria, dor no corpo, cicatrização de machucado, gripes e resfriados, tosse entre outros. Indo além, são utilizadas para questões espirituais como inveja e “mal olhado”.

O cedro (nome científico *Cedrela odorata* L) representada na figura 4, é utilizado no Laranjeira Ñanderu para questões que envolvem problemas respiratórios decorrentes de gripe, resfriado ou tosse. Sendo preparada por meio da inalação e banho com o pano no tórax como informa “Luciana”: *“inalação da banho né, pega o pano de agua fervida e põe aqui [no tórax]”* (em entrevista, 2016).

A Cancarosa (*Jodina rhombifolia*) (figura 4) é utilizada como chá para ajudar no aparelho digestivo, na qual retiram suas cascas, ferve-se e toma-se, conforme relato de “Luciana”: *“tira e pica bem uma varinha bem pequenininha mesmo coloca na água quente, isso pra dor de barriga”* (em entrevista, 2016).

Figura 4: Cedro e casca de Cancarosa no Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante (MS)



Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016.

O Cipó-Mil-Homens (*Aristolochia triangularis*, Cham) também é utilizado pelos indígenas no Laranjeira Ñanderu para questões gastrointestinais, principalmente nas crianças: “cipó milombre é pras crianças né, que tem diarreia brava” (“Luciana”, em entrevista, 2016).

Outro remédio retirado do território indígena Laranjeira Ñanderu é a Aroeira (*Schinus terebinthifolius*), que é usada para cicatrização de machucados: “*espera ferver e esfriar e joga em cima assim [do machucado] se for emergência é isso, saúde aqui não veio o médico*” (“Luciana”, em entrevista, 2016). Quando, em um dos momentos, estávamos chegando a campo no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu, a mãe da “Luciana” estava entregando esta erva para outra indígena, que não reside no acampamento. Ficou evidenciado que esta é uma prática corriqueira entre os indígenas situados em outros territórios, bem como com a vinda de moradores de Rio Brilhante para pegar a erva.

A Amescla é outra erva utilizada, mas juntamente com o chimarrão – erva mate com água quente – para questões relacionadas à dor de barriga, bem como o Guacuri que contribui com a limpeza do aparelho digestivo, sendo relatado a vontade de comer após a digestão do produto: “*Dá fome e limpa também seu [aparelho digestivo] que tá com defeito você toma também e depois da fome*” (“Luciana”, em entrevista, 2016).

A única erva relacionada com questões imateriais de inveja relatada foi a Caaré, em que o rito consiste em fazer um chá das folhas e tomar um banho com ela, conforme palavras de um rezador: “*Água morna, põe na chaleira, depois pega a cabecinha... fala um nome do Ñanderu lavando a cabeça... ai a inveja passa longe*” (“Orlando”, em entrevista, 2015).

Neste sentido, observamos que os rituais são elementos importantes ao analisarmos a relação dos indígenas com seu território. E diante do processo de estrangeirização, tais ações são as mais impactadas, pois a extensão territorial limitada faz com que os indígenas não consigam se reproduzir completamente.

Os rituais são realizados com frequência para proteção de sua terra, para a saúde dos indígenas e outros motivos. Para não atrapalhar as crianças que estudam em Rio Brillhante alguns rituais são feitos no fim de semana, segundo “Luciana”: *“A gente faz sábado e domingo, porque a gente tem... é porque a criança a maioria estuda de manhã ai a gente faz sábado e domingo... todos participa, criança, idoso, adulto”* (em entrevista, 2016).

Os indígenas afirmaram que estas mudanças ocorrem também devido à questão territorial, mesmo assim eles continuam resistindo com os cantos do passado. Na área de pesquisa, os indígenas realizam alguns rituais que envolvem a plantação, batismos e proteção contra os animais e pela saúde, fatos que são confirmados por Almeida e Mura (2013):

Entre os kaiowa, duas cerimônias têm destaque: a do avati kyry (milho novo, verde) e do mitã pepy ou kunumi pepy (realizada em várias comunidades no Paraguai; no Brasil apenas uma comunidade a mantém). A primeira é celebrada em época de plantas novas (fevereiro, março) e tem no avati morotĩ (milho branco), planta sagrada que rege seu calendário agrícola e religioso, a referência principal. Semanas de trabalho e envolvimento de muitas famílias para preparar o kãguy ou chicha e o lugar da cerimônia, antecedem sua realização. O kãguy é uma bebida fermentada, feita, nestas cerimônias, com o milho branco (mas também de mandioca, batata doce ou cana de açúcar) e preparada pelas mulheres (ALMEIDA; MURA, 2013, p. [1]).

Na área de pesquisa, devido à extensão territorial, os indígenas não têm como plantar o milho sagrado. Desta forma, a aldeia Panambizinho (no município de Dourados) doa para os indígenas do Laranjeira Ñanderu: *“A gente ganha um pouquinho pra gente fazer porque cada ono [ano] a gente faz ritual do milho branco ... Panambizinho que doa pra cá né”* (“Luciana” em entrevista, 2016).

Segundo relatos, antigamente no Laranjeira Ñanderu se plantava o milho, mas agora é impossível pelo veneno passado pela cana-de-açúcar, milho e soja. Segundo “Orlando”, *“se a gente ganhar essa terra dá pra plantar o milho branco mesmo e rezá”* (em entrevista, 2015).

Com o milho os indígenas fazem a chicha, uma bebida fermentada adocicada com utilização para usado na alimentação, rituais e festas (MANGOLIM, 1993). Segundo os indígenas, ela também pode ser feita com fubá e esta função de preparo é exclusivamente feminina.

Um dos rituais existentes no Laranjeira Ñanderu é o batismo do milho branco (avati morotĩ) - Jerosy Puku que acontece uma vez por ano, no mês de fevereiro. Segundo João (2011). o jerosy é um canto coletivo e, por mais que se tenha o canto individual, ele busca o diálogo com as divindades e negociação com os deuses:

O ritual do jerosy puku é cantado, rodando em volta de um apyka (banco) ou em volta de uma vasilha de xixá. Esta vasilha pode ser um balde de alumínio, com capacidade volumétrica de uns vinte litros, abastecido constantemente a partir de um recipiente maior, onde foi produzida a bebida. O canto do jerosy é considerado infinito, porém, cada xamã, durante a noite até o amanhecer, procura alcançar sua meta de trabalho que é chegar ao canto de pa’i kuara. O

canto exige a sua plenitude para não causar inúmeros problemas na comunidade ou para o desenvolvimento do jakaira (milho saboró) (JOÃO, 2011, p. 59).

Segundo Montardo (2004), o ritual é realizado depois do pôr-do-sol, em que o xamã e/ou seus ajudantes conduzem o canto e as danças com o mbaraka - tipo de chocalho –, depois é incorporado ao rito o canto das mulheres executando seus takuapu - bastões de ritmo – sendo que toda a comunidade deve estar dançando-percorrendo um caminho com o intuito de encontrar as divindades, das quais se comunicam o xamã indicando o percurso. “Ao tocar seus instrumentos, cantar e dançar neste ritual, os guaranis buscam força (mbarete), erguer-se (opuã), limpar o corpo (ombopotĩ), tornar-se leves (ivevuy), estar alegres (hory ou ovy’a)” (MONTARDO, 2004, p. 1).

Ao falarmos deste ritual no Laranjeira Ñanderu, eles nos informaram que ele tem que ser seguido corretamente, não errando nenhum passo ou dança. Nas falas, observamos que a desobediência a ele pode provocar algumas doenças no corpo, visto que é de suma importância a realização do ritual por completo e certo. Conforme relato de “Luciana”, *“pra gente representa bastante regra né, porque a gente não pode errar nenhum passo né e a gente pensava né que a colheita do milho a gente põem no lugar desse milho, o milho branco saboro”* (em entrevista, 2016).

Segundo relatos dos Guarani e Kaiowá, o jerosy puku é realizado para proteção contra doenças, invejas, coisas ruins na vida... Os homens e mulheres se preparam para o ritual com pinturas e ornamentas. As mulheres preparam a bebida tirando o sabugo do milho, amaçam e colocam na bebida fermentando e cantando.

A figura 5 mostra a preparação do ritual com os yvyra’i, que para os indígenas representam o guardião do jakaira (milho saboro). Assim, os indígenas vão passando um por um até chegar ao quarto yvyra’i, sempre cantando e exaltando o jakaira (JOÃO, 2011).

Figura 5: Yvyra'i - Jerosy Puku no Laranjeira Ñanderu

Fonte: BUSCIOLI, L. D. 2016

Podemos observar claramente o impacto do processo de territorialização do capital nacional e estrangeiro para a produção de commodities no território indígena, com desdobramentos profundos nos rituais, no processo de criação de animais e na atividade agrícola, ou seja, no modo de ser Guarani-Kaiowá no acampamento-tekoha Laranjeira Ñanderu, onde muitos ritos são realizados devido à ajuda de outros indígenas, mas de forma precária ou mesmo não são realizados no território pela falta de algum elemento, como é o caso emblemático do jakaira, bem como a perda da produção e dos animais pelo processo de pulverização de agrotóxicos.

Considerações finais

Diante de tudo o que foi exposto, podemos observar que a luta e resistência no Laranjeira Ñanderu baseia-se na sua reterritorialização, passando pelo processo de demarcação de seus territórios e reconhecimento de sua reexistência. Pois, apesar deste processo de desterritorialização, as histórias de vida dos indígenas estão marcadas por este tekoha e marcando neste território tudo o que eles têm enfrentado e vem enfrentando frente ao avanço do agronegócio nacional e estrangeiro.

Como na fala do rezador “Josivan”, ao afirmar que toda sua família morreu neste território e hoje ele retorna para a terra que sempre o pertenceu, pois ele tem certeza que nenhum de seus

ancestrais vendeu o tekoha Laranjeira Nānderu para os fazendeiros usarem suas riquezas como se fossem deles.

Assim, depois do retorno definitivo ao seu território por meio da demarcação, os indígenas pretendem voltar suas rezas e costumes como os seus ancestrais viveram. Conforme relatou “Luciana” ao ser questionada na possibilidade da sua reprodução depois da conquista da terra:

É né a gente pensa, pensa muito né. A maioria que estão parado né tá velho né, aqui por assim em diante, hoje para a amanhã eles estão pensando aqui né em plantar muito feijão comandá, feijão que os indígena mesmo que planta. A gente queria trazer esse semente no outro parente que tem pra emprestar né... a gente da a semente, dá pro outro a gente é assim mesmo né ... a gente empresta né ... a gente colhe e a gente devolve né pra gente .. ir se ajudando (“Luciana”, em entrevista, 2016).

Segundo os indígenas, na porção que tem a territorialização da cana-de-açúcar, da soja, do milho e do gado, eles vão criar porcos, galinhas, cavalos entre outros animais. E cultivarão tudo o que não podem na atualidade como: o milho sagrado, a mandioca, o arroz, a melancia, a abobora, a banana e a cana-de-açúcar. Mas, tanto o rezador “Orlando” como “Luciana” deixaram claro em suas falas que não é a cana-de-açúcar produzida pela LDC e sim “a cana né, listrada, é que antigamente judava açúcar pra fazer guarapa, a chica né” (“Luciana”, em entrevista, 2016).

Este tipo de cana-de-açúcar está plantado em um local pequeno e reservado no acampamento-tekoha, pois atualmente eles só têm acesso a esta planta por meio do empréstimo de outras aldeias, para fazer a chica e praticar assim seus rituais, como já apresentamos: “A gente pega a cana emprestada né, pois com o açúcar industrial não é o mesmo gosto” (“Luciana”, em entrevista, 2016).

Assim, as plantas cultivadas no território e as que serão cultivadas são importantes para a reprodução material e imaterial dos indígenas. A estas questões justifica-se a recuperação dos territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas no Mato Grosso do Sul, para que eles possam novamente se alimentar da comida que é concedida pelos jára, Tupanguéry, Pa’i Kuara, o Sol e todos os seres que estão presentes em seu tekoha garantindo o bem estar deste povo (PIMENTEL, 2012b).

Por isto que a luta é necessária, para que ocorra a desterritorialização do agronegócio nacional e estrangeiro, pois nas palavras de “Luciana” (em entrevista, 2016): “Se nós desistir a gente não vai ver nada né, a gente não vai ter a história né da realidade indígena. Se a gente desistir não vai saber contar a história né, que nem ela contou [referindo-se a indígena “Aline”]”.

Referências

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de; MURA, Fabio. **Mitologia e rituais**. Instituto Socioambiental, 2003. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/557>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

ALONSO JUNIOR, José Lazaro. **Territórios de Conflito**: contribuição da Geografia para a questão da identidade territorial a partir das relações entre indígenas e fazendeiros na região de Dourados (MS). 146 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brilhante (MS)**: O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Nanderu. 443 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2016.

BRAND, Antonio Jacó. **Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS**. Tellus, Campo Grande, ano 4, n. 6, p. 137-150, abr 2004.

BRAND, Antonio Jacó; FERREIRA, Eva Maria Luiz; AZAMBUJA, Fernando de. **Os Kaiowá e Guarani e os processos de ocupação de seu território em Mato Grosso do Sul**. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **A questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar**. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2008. 27-51 p

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, Território e Territorialidade**: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. 471 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Lideranças indígenas e a luta pela terra como Expressão da organização sociopolítica guarani e Kaiowá**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 182-205, jan./jun. 2015.

CHAMORRO, Graciela. **Povos indígenas guarani falantes no atual Estado de Mato Grosso do Sul (séculos XVI-XXI)**. In: CHAMORRO, G.; COMBÊS, I.. (Org.). Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: História, Cultura e Transformações Sociais. 1ed.Dourados: UFGD, 2015, v. 1, p. 293-322.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica. **A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social**. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, 1998, v. 9, p. 143-159.

FUNAI - **Fundação Nacional do Índio**. 2015. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

GLASS, Verena. **Em terras alheias**: a produção de soja e cana em áreas Guarani no Mato Grosso do Sul. Repórter Brasil. 2012. Disponível em <<http://www.reporterbrasil.org.br>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

JOÃO, Izaque. **Jakaira Reko Nheypyry Marangatu Mborahéi**: Origem E Fundamentos Do Canto Ritual Jerosy Puku Entre Os Kaiowá De Panambi, Panambizinho E Sucuri'y, Mato Grosso do Sul. 119 f. Dissertação (Mestre em História)– Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

MANGOLIM, Olívio. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul**: viveremos por mais 500 anos. Campo Grande: CIMI Regional de Mato Grosso do Sul, 1993.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

MONTARDO, Deise Lucy Oliveira. **O caminho do conhecimento – música e dança no jeroky guarani**. 2004. Disponível em: < encurtador.com.br/abcp8 >. Acesso em: 20 mai. 2018.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa**: da territorialização precária na Reserva Indígena de Dourados à multiterritorialidade. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFGD, Dourados, 2011.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá**: diferenças geográficas e as lutas pela descolonização na Reserva Indígena e acampamentos-tekoha - Dourados/MS. 297 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2015.

PIMENTEL, Spensy Kmitta. **Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani**. 375 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012a.

PIMENTEL, Spensy Kmitta. **Cosmopolítica kaiowá e guarani: Uma crítica ameríndia ao agronegócio**. Revista de Antropologia da UFSCar, v.4, n.2, jul.-dez., p.134-150, 2012b.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec.São Paulo 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera; PRADO, José Henrique. **O impacto do processo de territorialização dos Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso do Sul**. Tellus, ano 15, n. 29, p. 49-71, jul./dez. 2015.

Sobre a autora

Lara Dalpério Buscioli – Graduação e Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). **ORCID**: <https://orcid.org/0000-0002-9741-6883>.

Como citar este artigo

BUSCIOLI, Lara Dalpério. O Acampamento-Tekoha Laranjeira Ñanderu em Rio Brilhante (MS): a atual conjuntura dos conflitos e das resistências. **Revista NERA**, v. 23, n. 52, p. 151-175, dossiê., 2020.

Recebido para publicação em 19 de agosto de 2018.
Devolvido para revisão em 16 de setembro de 2019.
Aceito para a publicação em 24 de outubro de 2019.
